

A INCLUSÃO DOS TRANS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES

Irla Maria Batista Coelho

Faculdade São Francisco da Paraíba – irla200.im@hotmail.com

Alda Larissa de Sá Thomaz

Faculdade São Francisco da Paraíba – aldalarissa16@gmail.com

Lucinete Alexandre Bandeira

Faculdade São Francisco da Paraíba – lucinetebandeira2017@gmail.com

Abraão Vitoriano de Sousa

Faculdade São Francisco da Paraíba - abraaovitoriano@hotmail.com

Resumo

Tendo em vista os desafios e possibilidades da inclusão dos transgêneros na educação brasileira, podemos sinalizar os grandes entraves como a necessidade de uma formação adequada para os profissionais em educação, junto com as famílias envolvidas, pois a falta de conhecimento é enorme para ambos, dificultando assim o trabalho da conscientização e inclusão nas instituições de ensino, sendo um lugar onde o preconceito e a discriminação acontece através do Bullying e se estende muitas vezes a opressões por parte da falta de informações e de um trabalho Político Pedagógico Curricular interativo. Dessa forma o presente trabalho tem o objetivo de esclarecer a importância de se trabalhar na educação com certa urgência a inclusão como parte integrada no programa Político Curricular, se tratando de modo particular os transgêneros, não deixando de elencar o porquê ocorre essas construções identitárias, que é causa de muita polêmica, estudos e curiosidades sobre essa temática. Mediante o objetivo almejado para este artigo, foi feita uma pesquisa bibliográfica em torno do tema, como forma de se obter maior ênfase na discussão atual da temática em meio à realidade que se tem vivenciado. Concluímos que a escola enquanto um meio inclusivo na sociedade no qual deseja-se ocupar um lugar de privilégio, não se pode ignorar nenhum público. E tem de se incluir, para garantir desenvolvimento de todos os seus alunos, independente de qual gênero sejam eles, inclusive daqueles meninos que nasceram meninas, e meninas que nasceram meninos, e todos aqueles meninos e meninas., que em ambas as partes todos lutam em busca de um mesmo objetivo, em descobrir suas próprias identidades e a caminharem pela vida, com a liberdade de exercerem a sua própria opinião, e se adequarem aos seus próprios modos de viver e assegura sempre o respeito de todos.

Palavras-chave: Transgêneros. Educação. Possibilidades. Limites.

Introdução

Os transgêneros ao nascerem possuem um determinado gênero, mas ao longo do seu desenvolvimento se desconstrói do seu próprio corpo, começam a perceber que não fazem parte daquilo que se vê. No final do século XX o movimento transgênero surge como crescente movimento chamado LGBT, que inclui lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, são alvo de preconceito e discriminação.

Em relação aos direitos fundamentais previsto na constituição federal que asseguram os LGBT, no Brasil não são muito respeitados. Essa comunidade não possui uma legislação específica que os proteja e criminalize a homofobia. O principal movimento que os protege é o LGBT, seu objetivo mobiliza recursos para gerar mudanças políticas e jurídicas na sociedade, a articulação desse movimento está inserida em movimentos políticos e transnacional que por luta contra discriminação sofrida por este coletivo. Existem várias outras ações feitas por esses movimentos com o propósito de que o congresso nacional comece a discutir uma legislação específica para defender essa população para não acontecer mais agressões, discriminação aos LGBT.

Dessa forma o presente trabalho tem o objetivo de esclarecer a importância de se trabalhar na educação com certa urgência a inclusão como parte integrada no programa Político Curricular, se tratando de modo particular os transgêneros, não deixando de elencar o porquê ocorre essas construções identitárias, que é causa de muita polêmica, estudos e curiosidades sobre essa temática.

Metodologia

Mediante o objetivo almejado para este artigo, foi feita uma pesquisa bibliográfica em torno do tema, como forma de se obter maior ênfase na discussão atual da temática em meio à realidade que se tem vivenciado. A pesquisa bibliográfica é “aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno” (GONÇALVES, 2001, p.65).

Através da pesquisa exploratória, é notório que esta se concebe como de grande relevância para as metas que se deseja alcançar, de modo que possibilita ao pesquisador um leque de informações a respeito do tema em estudo, pela qual se

pode consultar diferentes obras e autores, ou seja, contribuindo, assim, para a qualidade final do seu trabalho.

Para Gonçalves (2001), a pesquisa bibliográfica faz um levantamento de boa parte do conhecimento disponibilizado sobre o tema, de modo a possibilitar ao pesquisador outras teorias elaboradas por diferentes autores, de diversos lugares do mundo, podendo, assim, analisar e avaliar as contribuições dos mesmos em relação a explicação do seu objeto de estudo.

É por meio desse tipo de pesquisa que se pode dar seguimento a um trabalho mais significativo e de qualidade, sem romper com os objetivos que são elaborados no início do processo, de modo que permite outro olhar mediante um determinado objeto. Podendo, assim, compreender de diferentes ângulos os pontos de vista de teóricos estudiosos do assunto, e conseqüentemente, fazendo com que possamos construir nosso próprio posicionamento diante do tema.

Conceituando gênero

Discutir sexualidade mesmo nos dias de hoje ainda pode ser considerado, muitas vezes, assunto polêmico e causador de repreensões no âmbito escolar. Há muitos anos fomos educados de maneira que assuntos como esses só poderiam se fazer presentes quando chegássemos a maior idade, por mais que saibamos que a sexualidade se constrói ao longo do desenvolvimento biológico e social. Para que o entendimento sobre nosso trabalho seja inteiramente eficaz, é importante uma explanação geral sobre o seu progresso ao longo dos anos.

Na década de 1930, muitos professores foram jubilados e presos, por incluírem nos planejamentos das aulas o ensino acerca da temática sexualidade na escola. Júlia Steimbruck, carioca e que fora deputada em 1968, criou um projeto de Lei que tinha como objetivo tornar obrigatório o ensino sobre a educação sexual no âmbito escolar.

Com o surgimento de diversas doenças sexualmente transmissíveis, que desencadeou na proliferação do vírus HIV e com a preocupação da família devido a gravidez indesejada na adolescência, nas décadas de 70 e 80, as pessoas passaram a ter maiores curiosidades acerca da sexualidade do sujeito, e como consequência, na década de 90, foi comprovado em uma pesquisa do Instituto Data Folha, divulgada em 1993, que 86% da população que colaboraram para a pesquisa, eram favoráveis à inclusão das discussões sobre

Orientação Sexual nos currículos escolares (BRASIL, 1998, p. 291). O governo efetua, então, aos Parâmetros Curriculares Nacionais, a elaboração do tema “Pluralidade cultural e orientação sexual”, tratando-se de questões acerca da sexualidade nas escolas.

Para construir identidade de gênero e sexualidade, o indivíduo passa por formações e transformações ao longo do seu desenvolvimento biológico e social. A adolescência concebe uma fase de transição da infância para a fase adulta, conduzindo cargas de significativas dúvidas, medos, aspectos morais, amadurecimento corporal, alterações emocionais que desencadeará na formação da identidade do indivíduo. Ao abordar essa temática, compreendemos que a sexualidade “é um termo amplamente abrangente que dificilmente se encaixa em uma definição única e absoluta.” (BRASIL, 2001, p. 117).

Nessa perspectiva, Louro (2008) conceitua que para construção da identidade de gênero e sexualidade o indivíduo passará por diversas aprendizagens durante sua formação, o qual envolve vivências tanto no âmbito social, quanto no âmbito cultural em que este se socializa.

Partindo dessa definição, compreendemos que a sexualidade é aspecto indispensável da vida humana, dando início logo após o nascimento até a vida adulta do sujeito. Por isso, faz-se cada vez mais necessário discussões acerca da temática nos mais diversos espaços, e dentre tais as escolas e a família, no qual o indivíduo irá construir sua identidade perante a sociedade.

Os trans são pessoas vulneráveis a qualquer tipo de preconceito, muitas vezes partindo dos mesmos, onde o estranhamento com o seu corpo os levam a inúmeras duvidas, sem falar sobre a dificuldade que enfrentam em retratar sobre o assunto com seus familiares, amigos e todo mundo a sua volta.

De acordo com Chauí (1985):

Assim, o processo de repressão sexual tanto pode ser evidente e explícito como pode ser velado e disfarçado, pois ele se revela não somente nas proibições, ou seja, nos imperativos negativos, mas também nas permissões, aquelas regras sobre o que se deve ou não fazer (p.28).

Sabemos que o preconceito surge muitas vezes do meio em que fazemos parte, ou seja, da maneira que nascemos já começa a distinguir, como exemplo rosa é para menina e bola é pra menino, e diante de muitos outros fatores. Dessa forma o trabalho da inclusão e a visão da

escolar nestas situações se perdem a uma cultura machista e não dão espaços as novas descobertas.

Rosemberg (1985) e Vidal (2003) relatam que as preocupações em torno da construção de sujeitos e de relações entre sujeitos dotados de corpos, gêneros e sexos sempre tiveram presente no contexto escolar e nas políticas públicas de educação brasileira. Podemos observar que desde as descobertas dos trans, o ministério da educação e os profissionais da área vêm se preocupando uma solução para trabalhar a inclusões destes, porém vivemos em uma sociedade cheia de preconceitos e que não buscam um entendimento do qual não conhece.

Um pouco do contexto

O fantástico estreia a série quem sou eu? Que conta histórias de transgêneros em diferentes fases da vida, ressaltando a diferença entre identidade de gênero e orientações sexual. Em quatro episódios, com a ajuda da fábula de “Alice no país das maravilhas”, de Lewis Carroll, a Alice de quem sou eu? Vai partir em uma jornada de autoconhecimento e representa todas as pessoas que sentem que nasceram no corpo errado e estão em busca de sua identidade. (Série Fantástico Ed. dia 12/03/2017)

O termo “transgênero” ou “trans” se refere a uma pessoa cuja identidade de gênero- o sentimento psicologicamente abalado de ser um homem a mulher, ou nenhuma das categorias corresponde á de seu sexo de nascimento. Cabe destacar que o termo transexual é usado com cada vez menos freqüência, e a identidade de gênero não deve ser confundida com a orientação sexual, uma mulher, ou homem pode ter qualquer orientação sexual: homossexual, heterossexual ou bissexual.

Existem poucos dados estatísticos confiáveis sobre pessoas transgênero. Isso se deve, em parte, ao sigilo em que precisamos viver e, esta falta de conhecimento ou compreensão ás vezes também se acentua por uma tecnologia que muda e é complexa sua condição. Estes por sua vez vivem em condições dramaticamente diferentes em distintas partes do mundo.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais 2001:

Compreender a cidadania como participação social e Política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-

dia, atitudes, de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito. (p.07)

No Brasil não possui legislação específica sobre os transgêneros, entretanto, algumas decisões reconhece os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros, que formam o grupo LGBT. Sinalizando entre essas decisões, o direito de usar o nome do registro, nas instituições de ensino, correndo o mesmo em boletins de ocorrência registrados por autoridades policiais.

Não por acaso, é muito recente a inclusão das questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual na educação brasileira a partir de uma perspectiva de valorização da igualdade de gênero e de promoção de uma cultura de respeito e reconhecimento da diversidade sexual. Uma perspectiva que coloca sob suspeita as concepções curriculares hegemônicas e visa a transformar rotinas escolares, e a problematizar lógicas reprodutoras de desigualdades e opressão (HENRIQUES et al., 2007, p. 11).

A educação é um direito humano. Esta afirmação é problematizada a partir da consideração de que a educação praticada na escola, em todos os níveis, discrimina e exclui pessoas e grupos sociais, ou seja, a falta de preparo e informação por parte de gestores e professores acaba deixando que o Bullying invada a instituição atingindo principalmente os de sexualidade indefinida, os mesmos por sua vez não contam para os seus pais, pelo motivo da sua homossexualidade, portanto escondendo também da escola. Assim fica sem poder contar com o apoio dos pais e da escola, pois eles não possuem informações para lidar com essa realidade.

Ainda para os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001):

O objetivo deste documento está em promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica no desenvolvimento dos alunos levando em conta os princípios morais de cada um dos envolvidos e respeitando, também, os Direitos Humanos. (p.107)

Por isso se faz necessário propostas político pedagógicas para minimiza a transfobia no ambiente escolar, onde o conhecimento e a aplicação por parte de professores e gestores sobre as orientações contidas nos parâmetros curriculares nacional

para educação infantil no que diz respeito à diversidade sexual e de gênero o qual pode ser trabalhada através de leituras infantis que falem sobre a diversidade humana. Não deixando de sinalizar uma maior participação de professores e gestores em cursos de formação referente a inclusão dos gênero na sociedade.

Nesse contexto, as práticas e atitudes dos profissionais na educação são extremamente importantes na construção do ser, de forma que pode induzir as crianças a serem preconceituosa ou não, diante das representações que estão sendo transformadas, assim a escola se apresenta como uma prática muito importante, a partir do seu papel que é de construção dos saberes das crianças, sinalizando as de identidades e conseqüentemente das diferenças.

Considerações finais

O fundamento dos estudos de gênero está no fato de que existe uma desigualdade ou diferença. Cabe-se, portanto uma parte a escola buscar meios em que solucione o preconceito para ser trabalhados em sala de aula, preconceitos com os trans e todos os outros tipos de gênero sexuais, como assegura-se a LGBT, que está incluso lésbicas, gays, bissexuais, travestis e trans. Não apenas a escola em si, como se deve trabalhar toda a comunidade junta, a sociedade lutar juntos, para conquistas de projetos sociais, movimentos os quais tenham todo um vigor, e não se deixa intimidar diante os obstáculos encontrados.

Portanto, se a escola como um meio inclusivo na sociedade deseja-se ocupar um lugar de privilégio, não se pode ignorar nenhum público. E tem de se incluir, para garantir desenvolvimento de todos os seus alunos, independente de qual gênero sejam eles, inclusive daqueles meninos que nasceram meninas, e meninas que nasceram meninos, e todos aqueles meninos e meninas., que em ambas as partes todos lutam em busca de um mesmo objetivo, em descobrir suas próprias identidades e a caminharem pela vida, com a liberdade de exercerem a sua própria opinião, e se adequarem aos seus próprios modos de viver e assegura sempre o respeito de todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1998.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Pluralidade cultural e orientação sexual**. 3 ed. A secretaria, Brasília, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Série Fantástico: Quem sou eu? Ed.12/03/2017

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversa sobre iniciação a pesquisa científica**. ed. Alínea: Campinas, 2001.

HENRIQUES, Ricardo; BRANDT, Maria Elisa A.; JUNQUEIRA, Rogério Diniz; CHAMUSCA, Adelaide. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: Secad/MEC, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) – publicado em 2008. Acessado em 14 de julho de 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação sexual na escola**. Cadernos de Pesquisa, n. 53, São Paulo, mai. 1985.

VIDAL, Diana Gonçalves. Educação sexual: produção de identidades de gênero na década de 1930. In: SOUSA, Cynthia Pereira de (Org.). **História da educação: processos, práticas e saberes**. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2003.